

EDITORIAL

MIL E UMA NOITES

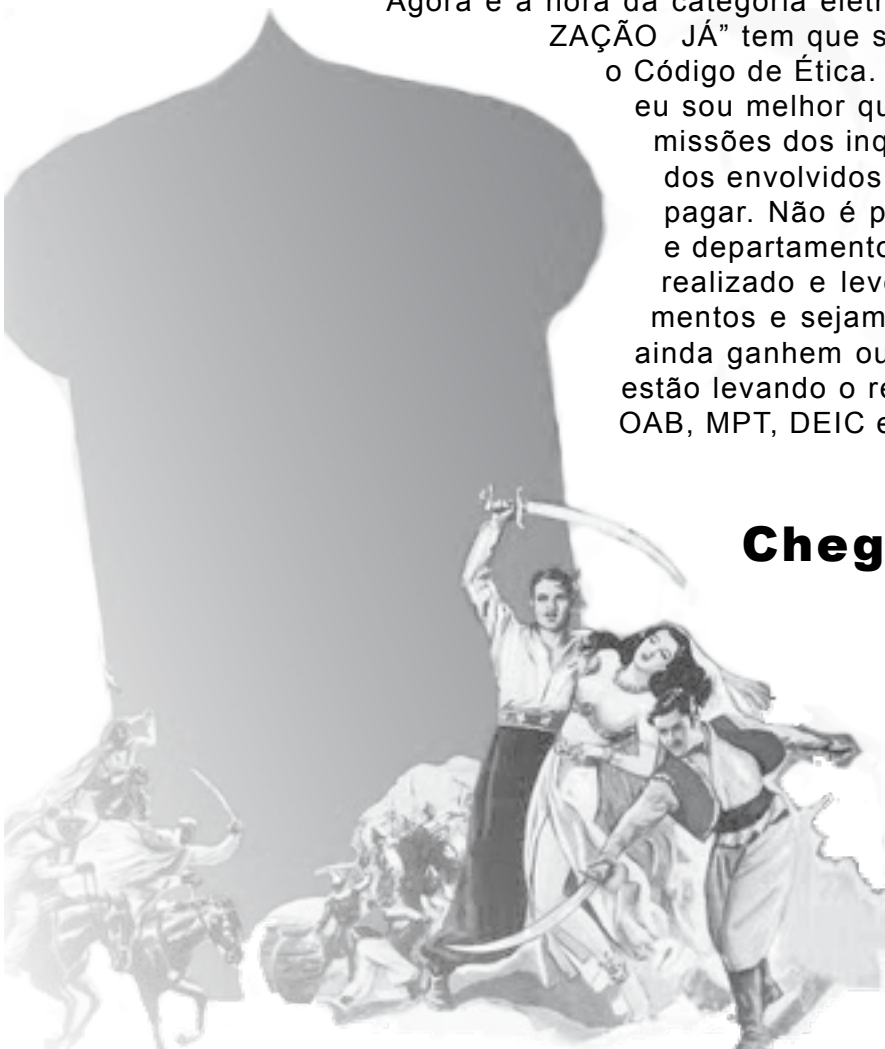
Podemos dizer que é mera coincidência ou não, mas a recente história da Celesc e o seu envolvimento em escândalos mal resolvidos pelas diretorias anteriores e a atual lembra as histórias contidas no livro das Mil e Uma Noites ou Noites na Arabia, entre elas Ali Babá e os 40 Ladrões e Aladin.

Vamos aos fatos: Ali Babá, um pobre lenhador árabe, esbarra com o tesouro de um grupo de quarenta ladrões, na floresta onde ele está cortando árvores. O tesouro dos ladrões está numa caverna (Celesc), que é aberta por magia (indicação política partidária). A gruta abre-se usando-se a expressão "Abre, ó Simsim" (geralmente escrito como "Abre-te Sésamo", em português), e fecha-se com as palavras "Fecha, ó Simsim" ("Fecha-te Sésamo"). Quando os ladrões saem, Ali Babá entra na caverna, e leva parte do tesouro para casa (inquéritos de Rio do Sul, Monreal, LMA, Jokas, Ba-laiio de Siris e etc.) Na história de Aladin vêm a lâmpada mágica (de novo a Celesc), desejos fáceis através de um gênio de enriquecer (ilicitamente), ter carro do ano, montar empresa (fictícia), pagar faculdade dos filhos, viagens pra China e Europa. Se esquecem que toda falcatrua é descoberta, e em toda historia tem um bruxo mal, que engana, ludibria e trata todos como laranja, testa de ferro ou o nome que quiserem dar a esses que acham que em nome do fácil, de uma gratificação de uma gerência vendem sua alma. Tentam tirar direitos a anos conquistados pelos trabalhadores, esquecendo que eles são também trabalhadores e perdem sua dignidade.

A categoria desconfia, está preocupada, não tem como atender bem a população. A Celesc despenca no quesito do bom atendimento, objetivo principal de uma empresa pública. Falta pessoal, vem o desânimo ou como acusa o MPT na Ação Civil Pública estamos sobre o regime do Assedio Moral Coletivo.

Agora é a hora da categoria eletricitária e a sociedade catarinense cobrarem a conta. "MORALIZAÇÃO JÁ" tem que ser a atitude de cada um de nós. Devemos cumprir e fazer valer o Código de Ética. Não dá pra fazer de conta, pensar cada um no seu umbigo, que eu sou melhor que o outro. Aí estamos fadados ao fracasso. A diretoria e as comissões dos inquéritos administrativos têm que parar de botar a mão na cabeça dos envolvidos, sejam eles quem forem. Quem desrespeitou as regras tem que pagar. Não é possível que gerentes de Agências Regionais, chefes de divisão e departamentos autorizem pagamentos de notas fiscais sem o devido trabalho realizado e levem uma simples advertência; que advogados falsifiquem documentos e sejam perdoados; que administradores regionais desviem recursos e ainda ganhem outros cargos no governo. Os sindicatos que compõem a Intercel estão levando o resultado de todos os inquéritos e estarão fazendo denúncias na OAB, MPT, DEIC e Policia Federal.

Chega, tá na hora do BASTA!



Ministério Público do Trabalho concede mais prazo para PCR

Por solicitação da empresa, a Procuradora do Ministério Público do Trabalho concedeu mais 60 dias para que a Tractebel apresente resposta para as reivindicações dos empregados sobre o PCR, encaminhadas pela INTERSUL àquele órgão.

Em seu despacho a Procuradora já marcou a próxima audiência para o dia 13/06, quando se espera que finalmente a empresa apresente uma proposta de alteração do PCR que atenda os anseios dos trabalhadores.

Os resultados da recente enquete e da pesquisa feita na data base deixam claro para a empresa que uma grande maioria de empregados não está satisfeita com o atual PCR. Outro fato que chamou bastante atenção foi o número relativamente pequeno de empregados que compareceu à festa de 1º de maio em Jorge Lacerda. Há quem diga que isto é reflexo das recentes Avaliações de Desempenho.

Conforme compromisso assumido no Ministério Público, a Empresa apresentará um estudo sobre alternativas para as reivindicações:

- Ø **Adicionais Legais no Enquadramento**
- Ø **Aumento por Promoção**
- Ø **Promoção por Antiguidade**

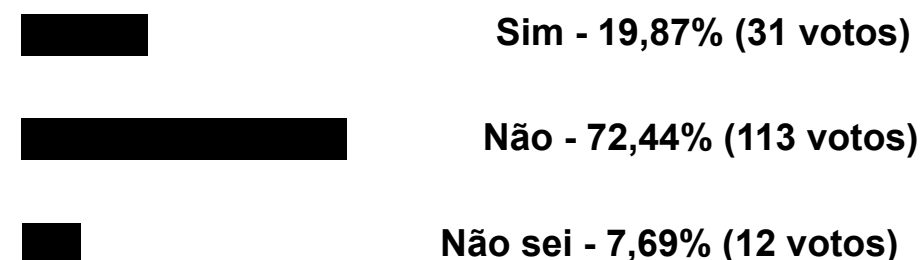
Avaliação de desempenho

Com base nas várias reclamações de empregados, a Intersul promoveu uma enquete virtual, como forma de mensurar o nível de satisfação em relação ao processo de avaliação de desempenho na Tractebel Energia.

Como pode ser verificado no resultado abaixo “nem tudo está funcionando bem”. O número de empregados que reclama não é pequeno, como a empresa tem enfatizado.

Mesmo que a empresa possa questionar cientificamente a amostra, ela não pode ignorar a insatisfação demonstrada, principalmente porque o empregado com baixa avaliação é duplamente penalizado, não recebe mérito e perde na PLR.

Você acha que o sistema de avaliação aplicado na Tractebel avalia corretamente o empregado?



Total: 156 votos

Eletrosul recebe pauta e se recusa a assinar prorrogação da Data-base

A reunião de entrega de pauta ocorreu na sexta-feira, dia 27 de abril. Os sindicatos que compõem a Intersul entregaram e esclareceram eventuais dúvidas a respeito da pauta específica de reivindicações dos trabalhadores da Eletrosul com vistas ao ACT 2012/2013.

Na sequência da apresentação da pauta, os dirigentes sindicais propuseram a assinatura do termo de prorrogação da data-base que findou em 30 de abril de 2012, até que se concluam as negociações do novo ACT. Esta prática é comum e se repete todos os anos a cada processo de negociação que se inicia. A diretoria da Eletrosul, no entanto se recusou a firmar compromisso de garantia da data-base, alegando inicialmente a falta de assinatura do ACT 2011/2012 específico vigente, ainda não assinado devido pendências relativas à assinatura do acordo nacional do mesmo ano.

Os sindicatos que compõem a Intersul esclareceram que a assinatura dos acordos nacional e específico do ano passado, não ocorreu até o momento devido às mudanças de redação efetuadas pela Eletrobras no acordo aprovado pelas assembleias. No entanto, os sindicatos se colocaram a disposição para assinar o acordo específico, uma vez que a pendência existente é relativa somente ao acordo nacional e se refere ao não pagamento de 1,5% aos remanescentes do PCS conforme praticado em dezembro de 2011 para os

trabalhadores que aderiram ao PCR.

Apesar da disposição das entidades sindicais em assinar o acordo específico e também o termo de prorrogação da data base atual, a Eletrosul rejeitou a assinatura do termo de prorrogação. A alegação desta vez foi à falta de autorização da Eletrobras que deverá coordenar o processo em todas as empresas.

Para os sindicatos integrantes da Intersul a negativa da Eletrosul em firmar a prorrogação da data base não se justifica. Esta postura prejudica os trabalhadores e traz insegurança ao processo de negociação que se inicia. A falta de assinatura do ACT nacional em nada interfere na proposta de prorrogação de data-base específica dos trabalhadores da Eletrosul que deve ser firmada entre a Eletrosul e os sindicatos representativos da categoria o mais rápido possível. Por esta razão a Intersul encaminhou correspondência oficial a Eletrosul reiterando sua disposição em assinar tanto o acordo específico vigente e pendente apenas de assinatura, assim como assinar o termo de prorrogação e garantia da data-base. Este ato formal é importante para trazer aos trabalhadores a confiança e a tranquilidade necessária para que possamos de fato avançar nas relações trabalhistas e no processo de negociação que estamos prestes a iniciar.

Sem Rodeios

Conforme noticiado na matéria "ACIDENTE EM BLUMENAU FERRE DOIS TRABALHADORES" outro acidente grave chamou a atenção de todos na última segunda-feira, ferindo dois eletricitários em Blumenau. Não é de hoje, e nem de forma oportunista, que defendemos mais treinamento, capacitação e fiscalização. O difícil é definir como fazer, uma vez que o CeFA foi negociado com a UFSC e, até o momento, nenhuma alternativa foi apresentada. Buscando responder a esse questionamento, entre outros, os sindicatos que compõem a Intercel e o Ministério Público enxergaram uma saída para essas situações através da ação civil pública ajuizada pelo próprio Ministério que questiona a política de saúde e segurança hoje existente na empresa.

Realizamos uma série de reuniões com a empresa na intenção de construir uma proposta que seja implantada de forma prática e definitiva para a estruturação adequada dos processos necessários para que a Celesc se torne referência na gestão do trabalho seguro.

Apesar do respaldo da Diretoria, a execução da proposta construída causa apreensão à Intercel. Isso porque não basta definir corretamente os processos se quem administra uma área tão importante para a empresa não reunir as condições necessárias para essa gestão.

E há muito tempo os sindicatos integrantes da Intercel recebem de todas as regiões do estado reclamações sobre a falta de capacidade e de postura do responsável pela DVSS, que quando é avisado dos problemas, prefere lavar as mãos. Infelizmente, ainda existem na Celesc casos latentes de indicações políticas partidárias para garantir chefias que não justificam por si só a sua permanência, enquanto os trabalhadores sofrem com essa incompetência.

Como exemplo, há pouco tempo atrás alguns trabalhadores terceirizados procuraram os técnicos de segurança da Celesc para denunciar a precariedade das condições de trabalho às quais estavam sendo submetidos. Alertaram sobre a necessidade da intervenção imediata da DVSS na solução desses problemas.

Pode parecer premonição, visão do que está para ocorrer; pressentimento, palpite, intuição. Mas não é: no dia 04/03/2011 o responsável pela Divisão de Segurança foi comunicado das irregularidades praticadas pela empresa terceirizada Engecel de Blumenau durante realização de trabalhos pra Celesc. Entre elas citamos:

Escada sem linha de vida e corda pra amarrar

Cinto de segurança tipo paraquedista sem manutenção e com defeito
Abertura de chave acima de 75 Kva sem comunicação com o COD;
lçamento de postes próximo a Alta Tensão com a rede energizada sem proteção

Extensão de rede de Baixa Tensão com conexão sendo realizada com a rede energizada.

Pouco menos de um mês após o apelo dos trabalhadores, diante da inércia da DVSS e a falta de providências concretas para resguardar a saúde e a segurança dos trabalhadores, no dia 13/05/2011, os próprios trabalhadores sofreram um grave acidente fruto das desconformidades denunciadas, permanecendo afastados até hoje com várias sequelas.

Infelizmente, casos como este são comuns na Celesc. Apesar do esforço dos técnicos de segurança das Agências Regionais, a falta de ação e, principalmente, de gestão da DVSS dificulta a fiscalização das terceirizadas, que em sua maioria desrespeitam as Leis de segurança e regulamentações da Celesc.

Até quando a influencia política partidária manterá nos cargos gerentes que só visam a manutenção do status e da remuneração da função e que não ajudam em nada o coletivo da Classe trabalhadora?

Redução de Jornada no atendimento comercial: um parto de viagem

Recentemente, direto da terra do Tio Sam, da famosa "Hollywood", chegou aos cinemas de todo o país um filme chamado "Um parto de viagem". Para quem não viu, a história é centrada em um encontro insólito: dois desconhecidos são obrigados a atravessar os Estados Unidos de carro para completarem uma jornada recheada de imprevistos e temperada com muito humor. Retire o fundo cultural americano e a comédia da narrativa, acrescentando morosidade, incapacidade e uma baita falta de vontade, além do desrespeito aos atendentes da Celesc, e esse poderia ser o título do Acordo Coletivo de redução da Jornada para o Atendimento comercial nas lojas presenciais das sedes regionais.

Depois de quatro anos de negociações, o Acordo foi assinado em março com prazo para implantação até maio. Porém, no final de abril a Celesc encaminhou carta à Intercel solicitando mais uma vez a prorrogação do prazo para a implementação do horário especial de atendimento comercial. Considerando que na maioria dos casos não havia real necessidade, a Intercel fez uma avaliação de cada Agência Regional para dar um parecer que não prejudicasse nem os Atendentes Comerciais, nem a empresa. As Agências de Florianópolis, Lages, Joinville, Criciúma, Concórdia, São Miguel d'Oeste, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e Ouvidoria já estão praticando a jornada de 6 horas, cumprindo na totalidade o estabelecido pelo acordo.

Em alguns casos a Intercel verificou a necessidade de movimentação de pessoal para viabilizar um quadro mínimo ao atendimento, como nas Regionais de Videira, Joaçaba, Mafra e Rio do Sul. Nessas regionais, foi concedido prazo para implementação, condicionado à apresentação de cronograma. Outras Regionais, como Tubarão, Blumenau e Itajaí já providenciaram a movimentação de pessoas para o atendimento e estão em fase de treinamento, tendo o prazo prorrogado até o final de maio.

Infelizmente, a gestão descomprometida de alguns Chefes da empresa, que teimam em não respeitar o acordo assinado pela Diretoria Colegiada, também foi constatada. Em ato de repúdio ao descaso com que alguns tratam os trabalhadores, aos sindicatos e à diretoria da empresa, que estressaram a discussão até o limite, consolidando um acordo que é vantajoso para sociedade, empresa e trabalhadores, os sindicatos da Intercel negaram a prorrogação de prazo à Agência de Chapecó.

Com isso, todos os atendentes comerciais lotados nas unidades de atendimento presencial nas sedes das Agências Regionais da Celesc deverão estar se beneficiando da jornada de 6 horas até o fim de maio, salvo justificativa defensável. Continuaremos fiscalizando para que o acordo seja cumprido em sua totalidade, sem desmandos de quem quer que seja.



E não é que tem chefe descumprindo acordo de feriado ponte na Celesc? Neste último feriadão trabalhadores das Lojas de Canavieiras e Rio Tavares foram chamados para abrir o atendimento, desrespeitando o calendário de feriado ponte e contradizendo o divulgado pela diretoria da empresa. Como existe um convênio com a prefeitura e outras instituições teriam atendimento, chamaram os trabalhadores para abrir a loja. O engraçado é que o chefe não deu as caras no local e aproveitou o feriadão enquanto os outros suavam a camisa. Mas na Celesc é assim: chefia é só para o bonus. O ônus que fique com o trabalhador.

Para sempre

*Por que Deus permite
que as mães vão-se embora?
Mãe não tem limite,
é tempo sem hora,
luz que não apaga
quando sopra o vento
e chuva desaba,
veludo escondido
na pele enrugada,
água pura, ar puro,
puro pensamento.*

*Morrer acontece
com o que é breve e passa
sem deixar vestígio.
Mãe, na sua graça,
é eternidade.
Por que Deus se lembra
- mistério profundo -
de tirá-la um dia?
Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei:
Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.*

Carlos Drummond de Andrade

Parabéns a todas as mães trabalhadoras!

13 de maio - Dia das Mães



“Forçação de barra”

Que a unificação do sistema Eletrobras vem se dando por caminhos tortuosos, já não é mais novidade para ninguém. Agora chega até a Eletrosul mais uma pérola da unificação: a diretiva de trocar o sistema de gestão Consist/GEM pelo sistema SAP.

O processo de implantação do sistema GEM na Eletrosul já demora alguns anos, têm muitas reclamações de seus usuários e milhões de reais investidos - sem falar no custo de implantação em função dos “impac-

tos na produtividade”, decorrente da adaptação dos processos e usuários ao sistema. Contudo, após muitos traumas dos usuários e noites insones das equipes técnicas, a Eletrosul possui um sistema de gestão entrando em uma fase de estabilização e manutenção evolutiva. Com relação ao SAP, a informação de que dispomos aponta para um custo muito superior ao do GEM. A sua implantação em outras empresas do grupo Eletrobras foi tão ou mais traumático para os usuá-

rios. Se adotado na Eletrosul, o GEM representa começar do zero todo processo de implantação de um novo sistema de gestão, desprezando investimento realizado anteriormente.

Se for integração que a Eletrobras deseje realmente, existem muitas outras soluções técnicas para que os dados fiquem disponíveis à holding. Já bastam as pressões de construtoras, empreiteiras, fornecedores e outros tipos de lobby sobre os negócios e rumos da empresa.

CONSELHEIROS ELEITOS CRIAM COLETIVO

Os representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrosul, dando consequência a um dos compromissos assumidos durante a campanha, participaram decisivamente da criação de um fórum dos Conselheiros eleitos pelos trabalhadores nas empresas do Grupo Eletrobras. A reunião aconteceu em Brasília – DF, no dia 8 de maio, onde foram estabelecidas algumas estraté-

gias coletivas a serem adotadas para atuação desses representantes. Além das estratégias, foi debatido e aprovado pelo fórum um manifesto dos conselheiros que foi entregue a representantes das empresas do Grupo Eletrobras, do DEST e do Ministério de Minas e Energia em reunião convocada pela Eletrobras. Leia o manifesto abaixo:

Coletivo dos Conselheiros Eleitos pelos Trabalhadores do Grupo Eletrobras

Os representantes eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras para os Conselhos de Administração das empresas do Grupo Eletrobras, reuniram-se no dia 8 de maio, em Brasília, e decidiram manifestar-se conforme abaixo:

1- A Portaria nº 026, de 11/03/11, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é absolutamente clara quanto ao suplente na sua função de substituição do titular em todas as suas ausências e impedimentos, conforme parágrafo 3º de seu artigo 14º. Nesse sentido, as AGO – Assembleias Gerais Ordinárias dos acionistas devem designar, além dos titulares, os respectivos suplentes, garantindo assim a efetiva atuação de um dos representantes dos trabalhadores (titular ou suplente) em todas as reuniões dos conselhos de administração.

2- Os suplentes poderão participar de todas as reuniões dos Conselhos de Administração, com direito a voz, visando garantir sua formação e plena familiarização com os temas de interesse da empresa e dos trabalhadores quando da sua efetiva atuação em substituição do titular.

3- Os representantes dos trabalhadores(as) devem participar de todas as discussões e deliberações do conselho e, por isso, discordam do disposto no artigo 8º da Portaria nº 026, que cerceia sua legítima atuação nos assuntos que lhes são mais afins, apelidados de conflituosos ante os interesses da empresa. A Lei 6404/1976 não faz restrição alguma às responsabilidades dos conselheiros.

4- Deverá ser garantida aos representantes dos trabalhadores(as) as mesmas condições e estrutura disponibilizadas aos demais conselheiros indicados.

5- Para uma atuação mais eficaz e conseqüente dos conselhos, as suas reuniões deverão ser convocadas com no mínimo 5(cinco) dias úteis de antecedência, já disponibilizando a pauta e toda documentação necessária para conhecimento e análise prévia. Para tanto, neste período, deverá ser garantido aos conselheiros eleitos sua dedicação exclusiva, liberando-os das suas atribuições na empresa.

6- Deve ser dada a maior divulgação possível, nas empresas, à pauta das reuniões e suas deliberações, respeitadas as questões de caráter sigiloso.

A eleição de representantes de trabalhadores nos Conselho de Administração é uma conquista da categoria eletricitária, inclusive prevista em Acordo Coletivo de Trabalho. Conquista esta derivada da luta dos trabalhadores, após constar por quase 10 anos em pautas de reivindicação às empresas do Grupo Eletrobras. E por essa razão, entre outras, os conselheiros eleitos reafirmam o compromisso de atuarem com autonomia visando fortalecer o papel público das empresas estatais em benefício dos eletricitários e da sociedade.

*Coletivo dos Conselheiros Eleitos pelos Trabalhadores do Grupo Eletrobras
Brasília, 08 de maio de 2012.*



CELESC

Representante dos empregados no Conselho de Administração: Retrospectiva

Passado menos de um mês da eleição e com o Conselheiro eleito já empossado na Assembleia de Acionistas de 30 de abril, chega a hora de fazermos uma retrospectiva de vários pontos conturbados da eleição para Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc. A verdade é que o processo democrático de escolha do representante dos empregados foi manchado por mentiras, crimes e grande falta de ética e caráter. Vários ataques infundados, com dados mentirosos, inventados apenas para manipular a opinião dos trabalhadores foram jogados anonimamente nos emails corporativos, dando a tônica do desespero: concorrer contra um candidato com histórico de lutas, com base de sustentação e apoio dos sindicatos da Intercel é muito difícil. Não só pela estrutura de um coletivo sindical que há muito tempo atua com força, transparência e tem o respaldo dos trabalhadores conquistado através de muito trabalho, mas também pela própria falta de histórico dos seus críticos.

As manifestações de apoio às candidaturas é sadia e importante para um processo eleitoral. Respeitamos e elogiamos todos os trabalhadores que votaram ou fizeram campanha, independente do candidato escolhido. Aprendemos com todo esse processo, com as críticas realizadas, observando os acontecimentos e registrando as manifestações fundamentadas.

Acontece que, infelizmente, muita gente preferiu seguir outro caminho. O caminho mentiroso. Atacar o candidato e a Intercel passou a ser a alternativa com a qual se esperava enganar os trabalhadores. Para isso, diversas ações deprimentes foram disseminadas em todas as Agências Regionais e Administração Central. Foram cartazes colados em murais ofendendo o candidato, com mentiras descaradas; foram camisetas e materiais de candidatos opositores estocados junto a documentos de um departamento inteiro; foi campanha estampada em camisetas usadas nos dias da eleição tentando passar a imagem de preconceito por parte do candidato da Intercel. Foram propostas populistas que já não se sustentam. Destaque negativo para o caso dos emails, onde, inclusive, foi utilizado de forma criminoso o nome do Sindicato dos Eletricitários de Lages e região, comprometendo uma instituição séria que sempre lutou pelos trabalhadores. A falsidade ideológica utilizada para jogar trabalhadores veteranos contra novos está sendo investigada pela Polícia Federal e tão logo os responsáveis forem encontrados a Intercel se manifestará sobre os desdobramentos.

Os sindicatos da Intercel novamente agradecem aos trabalhadores que não se deixaram enganar por discursos vazios e acusações falsas e participaram de forma ética e democrática do processo, demonstrando o caráter que se espera de um celesquiano.

CELOS

Ciap cresce 5,01% em abril

No mês de abril a área de investimento da Celos efetivou a segregação do patrimônio de seus planos: Misto, Transitório, Pecúlio, Celos Saúde e Administrativo. Cada plano passou a ter CNPJ próprio e será contabilizado individualmente. A segregação já vem sendo trabalhada desde meados de 2011 e proporcionará mais transparência aos investimentos, permitindo investimentos conforme o perfil de cada plano. A segregação é uma orientação da Previc para todas as fundações. Como a segregação determinou qual patrimônio ficou em cada fundo, foi necessário realizar a precificação do patrimônio, ou seja, uma avaliação que determinou o valor atual de cada ativo antes de alocar os mesmos em cada CNPJ. Tal procedimento resultou em aumento do patrimônio total administrado pela Celos em aproximadamente cento e vinte milhões de reais, distribuídos proporcionalmente entre os fundos. Essa operação, somada à rentabilidade atingida no mês, resultou no crescimento das CIAP's em 5,01%. A operação também gerou um superávit de sessenta milhões de reais no plano misto, que somado aos trin-

ta milhões que o plano já apresentava, totalizou um superávit total de noventa milhões. Tal superávit permitiu a adequação da taxa de juros da meta atuarial do Plano Misto que passou de 6% para 5,25%. Essa adequação torna o plano ainda mais sólido para garantir o pagamento dos benefícios concedidos e também proporciona para a área de investimentos condições de atingir a meta atuarial no futuro. No Plano Transitório a operação resultou num acréscimo de aproximadamente vinte milhões de reais que foram suficientes para cobrir o déficit que o plano apresentava até o final de 2010, o que também trouxe para o Plano Transitório equilíbrio entre a reserva de poupança e os benefícios concedidos do plano.

No mês de maio a diretoria da Celos estará percorrendo as Agências da Celesc para a prestação de contas do ano de 2011 e também levará informações sobre esse tema, bem como informações importantes sobre o plano Celos Saúde. A sua participação é importante para colaborar com uma Gestão transparente, eficiente e que nos proporcione bons resultados.

CELESC

Acidente em Blumenau fere dois trabalhadores

Um acidente em Blumenau vitimou dois eletricitistas na manhã do dia 7 de maio. O acidente ocorreu em um serviço de rotina, realizado por dois trabalhadores do PA em uma subestação localizada na Itoupava Central.

Colegas de trabalho prestaram os primeiros socorros, acionando o corpo de bombeiros que rapidamente chegou ao local, completando o atendimento e realizando a remoção ao hospital.

Informações preliminares falam em queimaduras de segundo e terceiro grau. Devido a gravidade, os dois tra-

balhadores foram transferidos para um centro de tratamento de queimados em Curitiba.

A CIPA de Blumenau reuniu-se de forma extraordinária no dia seguinte para analisar as circunstâncias do acidente. A gravação telefônica feita durante a realização do serviço via telefone celular, ainda não estava disponível para avaliação. Ao longo da reunião, os posicionamentos técnicos foram somados as declarações pessoais, construindo um debate acalorado sobre o tema.

Destacou-se, também, a movimenta-

ção realizada na direção da extinção dos P.A's no último ano, gerando forte pressão psicológica aos trabalhadores dessa área. Ficou alinhado na reunião o compromisso de criar uma comissão com a participação de alguns trabalhadores, além do sindicato, para uma melhor análise in loco, com a intenção de traçar diagnósticos e procedimentos se necessário.

"A expectativa maior é na recuperação dos nossos colegas de trabalho, desejando muita fé e força aos familiares que nesta hora difícil tanto precisam".



INTERCEL PLANEJA CAMPANHA DATA-BASE



Daniel dos Passos coordenou as atividades com dirigentes sindicais (ao lado). Planejamento reuniu sindicalistas de todo o estado para debater a campanha de Data-base.

Nos dias dois, três e quatro de maio ocorreu na cidade de Lages, o planejamento da Intercel com a participação de trabalhadores de todo o estado trazendo as demandas regionais para apreciação coletiva. Juntamente com as bandeiras históricas dos celesquianos como a garantia de emprego, a manutenção da empresa pública e a isonomia, teve papel destacado as questões de segurança e saúde do trabalhador.

A ação do Ministério Público do Trabalho que cobra da Celesc medidas que solucionem suas deficiências atuais em questões de segurança, foi avaliada como uma oportunidade para evoluirmos em uma proposta negociada que beneficie os trabalhadores e a própria empresa. A participação do conselheiro eleito, Jair Maurino Fonseca, contribuiu no sentido de levar ao conhecimento dos trabalhadores as linhas gerais que norteiam o Conselho de Administração, órgão máximo das decisões empresariais.

Sob a coordenação do assessor do Dieese, Daniel Passos, foram apresentados dados técnicos da Revisão Tarifária da Celesc e de outras distribuidoras, assunto chave na campanha de data-base deste ano.

O sentimento geral dos trabalhadores é o da necessidade de intensificarmos o trabalho de base para garantirmos um bom resultado no acordo coletivo.



Fotos: Arquivo Intercel



“É um debate de alto nível, que tem a presença do Daniel, economista do Dieese, do Representante do Empregados no Conselho de Administração. É proveitoso trabalhar em grupos com pessoas de outras regionais, que tem outras características, outra visão da empresa, mais onde a troca de informações acaba acontecendo com certa naturalidade, pois todos já têm um certo conhecimento dos debates do sindicato.”

Leandro Zanette Barp
Eletricista - Criciúma

“Esperava que fosse discutir e formar a pauta, as cláusulas, o que seria acrescentado, melhorado, excluído. Na verdade essa reunião serve para formar o mesmo tipo de pensamento e em cima disso montar uma estratégia. Unificar ainda mais a Intercel, filtrar os pensamentos, manter a mesma linha de raciocínio.”

Hilton Muniz
Eletricista - São Bento do Sul

“Tem uma mesa bem aberta, com bastante liberdade de expressar opinião. É uma grande oportunidade de ouvir assuntos que dizem respeito a um contexto geral da empresa, que nem sempre nós temos acesso. Foi o início daquilo que vai se discutir, o caminho a ser seguido para chegar à negociação. Não se limita a brigar pela pauta, é uma sustentação da própria empresa. Esse sentimento que precisa chegar à base.”

Ivan da Silva Ramos
Eletricista - Joaçaba

UM BRINDE À IGUALDADE

Em decisão inédita no país, em tema de extrema polêmica, os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, votaram a favor da constitucionalidade das políticas de ações afirmativas no Brasil. O resultado obtido no STF, dia 26 de abril, marca uma vitória significativa da nação brasileira e é expressão viva da resistência, da luta e da crença de seu povo num país mais próximo da dignidade humana.

Sem dúvida, a postura do STF, neste caso, ajudará a resgatar e promover a auto-estima do povo negro e de todos que – independentemente da cor e da raça – se posicionam firme em defesa da vida, de uma vida mais humanizada, com igualdade social, sem discriminação e preconceito.

A atitude corajosa desses juristas expõe mais justa e nitidamente que vivemos novos tempos, portanto, o momento de desnudar de uma vez por todas tal situação vexatória e de indulgência do povo negro brasileiro. Essa iniciativa do STF vai ao encontro do exercício pleno da cidadania, alargando horizontes de oportunidades e trazendo novas perspectivas de entendimentos humanos e de inclusão social.

As políticas de ações afirmativas e, de modo especial, as cotas raciais, tão criticadas no espírito mais execrável e destrutivo, desqualificado, desconectado de qualquer reconhecimento histórico, conquista agora densidade jurídica. Ávidos em caráter segregacionista, como também no projeto de desconstrução dos princípios de igualdade, encontrarão também na área legal obstáculos a suas pretensões conservadoras e atrasadas – intoleráveis a uma sociedade contemporânea.

Gestos como do STF propiciam no seio da sociedade pensamentos e atos que permeiam a justiça, a cidadania, o bem estar e, sobretudo, a convivência harmoniosa que tem como patamar o respeito às diferenças. O Brasil tem como principal aliado a necessidade dessa política, tal assertiva é abonada pelo imenso fosso social entre negros e não negros, realidade que contrasta com a tão propalada democracia racial.

Não podemos continuar refém de condição tão desumana que, sem dúvida, dá mostras ao mundo de nossa indignidade e crueldade tendo como paradigma o modelo escravagista que mantém o negro as margens da sociedade.

Tal votação que resgata a altivez do povo negro brasileiro, mostra também que muito há o que fazer para que possamos ao menos modificar dados estatísticos atuais, desfavoráveis a esse segmento da sociedade.

No auge da comemoração de tal acontecimento histórico aflora nossa lembrança lamentável postura da Eletrosul que desprezou Acordo Coletivo de Trabalho, retirando do concurso público a garantia de acesso do negro por intermédio de políticas de ações afirmativas, de reserva de cotas. Tema muito polemizado e amplamente discutido pela categoria, aprovado em assembleias e plenária de data base e sendo aprovada também pela diretoria da Eletrosul, no período de negociação coletiva, e que voltou atrás depois.

A Eletrosul perdeu assim oportunidade de amenizar a mancha de seu envolvimento com a discriminação racial, em função da demissão de um empregado por ser negro. A Central Única dos Trabalhadores, em 1992, denunciou à Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras ações discriminatórias, também o caso do trabalhador da Eletrosul que repercutiu no país em nível internacional. Através de ação judicial, cuja decisão foi inédita no país, o empregado foi reintegrado.

Enfim, a Eletrosul mais uma vez deixa de estar na vanguarda, na elaboração e implantação de política direcionada ao segmento que experimenta, também no mercado de trabalho, as dificuldades de contratação e ascensão.

Diante disso, nos resta enaltecer as Universidades, o Itamarati, as Prefeituras comprometidas em construir um novo modelo de sociedade, que atenda a necessidade de um país verdadeiramente democrático e buscam suplantam a realidade cruel que ainda envolve o povo negro brasileiro.

Somos de várias cores, sentimentos e culturas, mas somos uma só nação, onde todos devem ser tratados com equidade e distinção.

